## Projeto de Lei n°004/2025 Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

**Proponente Vereadora Gabriela Pereira Martins** 

PROPOSIÇÃO PARLAMENTAR

## PROJETO DE LEI Nº 004/2025

"Institui a Semana Municipal da Mulher no âmbito do Município de Brazópolis e dá outras providências."

Art. 1º

Fica instituída, no âmbito do Município de Brazópolis, a Semana Municipal da Mulher, a ser realizada anualmente, na semana que compreende o dia 8 de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

Art. 2°

A Semana Municipal da Mulher tem como objetivos:

- I promover a conscientização da população sobre os direitos das mulheres, com ênfase na igualdade de gênero e no combate à violência;
- II fortalecer a rede de proteção e as políticas públicas voltadas à valorização das mulheres em situação de vulnerabilidade;
- III fomentar a articulação entre Poder Público, sociedade civil e instituições de ensino, saúde e assistência social na promoção de políticas públicas para mulheres;
- IV integrar a comunidade escolar à política de prevenção à violência contra a mulher, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.164, de 10 de junho de 2021;
- V desenvolver atividades educativas de valorização das mulheres, dando visibilidade às suas contribuições históricas e sociais.

Art. 3°

As ações da Semana Municipal da Mulher serão desenvolvidas de forma intersetorial, sob coordenação do Poder Executivo Municipal, com a participação das Secretarias

Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e demais relacionadas e com a participação obrigatória do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

- § 1º O planejamento das atividades será submetido à avaliação e parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, condição indispensável para sua execução.
- § 2º O Conselho poderá propor ajustes, indicar prioridades, sugerir parcerias e avaliar a efetividade das ações, cabendo ao Executivo garantir espaço deliberativo em tempo hábil.

Art. 4°

Durante a Semana Municipal da Mulher, serão desenvolvidas ações que poderão incluir, entre outras:

- I No âmbito educacional:
- a) palestras, oficinas, rodas de conversa e seminários sobre os direitos das mulheres e o combate à violência de gênero;
- b) atividades pedagógicas temáticas nas escolas que visem à visibilidade da contribuição das mulheres na história, cultura e sociedade, em âmbito global, nacional e local, adaptadas às diferentes faixas etárias;
- c) formação de professores e gestores escolares em temáticas de equidade de gênero, prevenção à violência e inclusão;
- d) veiculação de materiais informativos acessíveis sobre direitos das mulheres, inclusive com deficiência, e canais de denúncia, inclusive nas redes sociais das unidades escolares.
- II No âmbito da saúde, assistência e proteção social:
- a) mutirões e ações descentralizadas de atendimentos multidisciplinares para mulheres, com foco em orientação jurídica, acolhimento psicológico e apoio social;
- b) ações informativas sobre saúde da mulher, incluindo direitos sexuais e reprodutivos e de prevenção à violência obstétrica;
- c) divulgação e fortalecimento da rede de apoio e dos serviços especializados disponíveis;
- d) capacitação de servidores públicos e agentes comunitários para identificação e encaminhamento de casos de violência de gênero.
- III No âmbito cultural e comunitário:
- a) mostras artísticas, feiras temáticas, exposições e apresentações culturais com protagonismo feminino, destacando trajetórias femininas;





- b) oficinas de capacitação profissional, empreendedorismo e liderança feminina;
- c) encontros com lideranças e personalidades locais para debate sobre a participação da mulher nos espaços de poder e decisão.

Art. 5°

As ações deverão observar integralmente os princípios da acessibilidade e da inclusão, devendo ser assegurado:

- I acesso físico e comunicacional aos eventos promovidos;
- II materiais adaptados em formatos acessíveis;
- III participação ativa de entidades representativas de pessoas com deficiência na elaboração e avaliação das atividades.

Art. 6°

O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, instituir grupo de trabalho intersetorial e editar normas complementares para sua plena execução, observado o disposto no art. 3°.

Art. 7°

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 8°

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificativa

A presente proposição tem por finalidade ampliar e regulamentar, no plano municipal, os objetivos das Leis Federais nº 11.340/2006; 14.164/2021 e nº 14.986/2023, promovendo a proteção e valorização da mulher por meio de ações efetivas, educativas, integradas e intersetoriais.

Ao estabelecer que o planejamento da Semana Municipal da Mulher seja submetido à avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, garante-se não apenas o controle social e a participação democrática, mas também a legitimidade das ações públicas, em consonância com os princípios da gestão participativa e da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

A iniciativa dialoga com os compromissos assumidos pelo Brasil em tratados internacionais de proteção aos direitos das mulheres, promovendo, localmente, uma cultura de respeito, equidade, inclusão e justiça.



O presente projeto de lei, ainda visa instituir, no calendário oficial do Município de Brazópolis, a Semana Municipal da Mulher, a ser realizada anualmente na semana que compreende o dia 8 de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

A proposta encontra fundamento na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, na Constuição Federal e nas Leis Federais nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, artigo 3º; nº 14.164/2021, que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher e nº 14.986/2023, que estabelece a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História.

Ao transpor essas diretrizes ao plano local, a iniciativa busca garantir efetividade normativa e política pública concreta, promovendo a conscientização social, a prevenção da violência de gênero e o fortalecimento da rede de proteção.

Entre as medidas previstas, destacam-se:

- ações educativas nas escolas da rede municipal;
- atendimento intersetorial às mulheres em situação de vulnerabilidade;
- eventos culturais, rodas de conversa e capacitações;
- e a participação obrigatória do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, cuja avaliação das ações planejadas será requisito formal para a realização da semana.

Como dito, a proposição se embasa nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos e com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação.

Trata-se de passo relevante na construção de uma sociedade mais justa e solidária, por meio do fortalecimento da cidadania feminina e da democracia participativa.

Brazópolis, 05 de maio de 2025.

Gabriela Pereira Martins Vereadora – PT